

EDITAL Nº 42/2023/GJM - CGAB/IFRO, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

PROCESSO SEI Nº 23243.015526/2023-31

DOCUMENTO SEI Nº 2128438

A Direção-Geral do *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO no exercício de suas atribuições e competências, conforme nomeada pela Portaria nº 1141/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 1966209), de 15/6/2023, publicada no [DOU nº 114](#), de 19/6/2023, Seção 2, pág. 25, e considerando as disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, em especial, o contido na Resolução nº 05 de 01/2017 CONSUP/IFRO e suas alterações e demais legislações em vigor, torna público a **seleção da Equipe Multidisciplinar para atuar no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública - modalidade EaD pelo Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do *campus* Guajará-Mirim a partir do segundo semestre de 2023.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A presente seleção será regida por este edital sob a responsabilidade da Comissão nomeada, pela Diretora-Geral do *campus* Guajará-Mirim, por meio da Portaria nº 359/GJM - CGAB/IFRO, de 20 de Novembro de 2023. À Comissão caberá coordenar o processo de seleção e divulgar as informações conforme cronograma.
- 1.2. O presente edital destina-se a seleção de profissionais especializados, de acordo com os requisitos e distribuições de vagas constantes no **Quadro 01** e atribuições (**anexo II**), para atuarem no referido curso como Professor Mediador e Assessor Pedagógico.
- 1.3. Poderão se inscrever os servidores do IFRO. Sendo que, a participação destes no presente Edital não implicará em redução da carga horária e/ou atividades normalmente desempenhadas pelo candidato na sua Instituição de origem.
- 1.4. Ao efetivar a inscrição, o candidato declara estar ciente do conteúdo deste edital e acata, na íntegra, as suas disposições e a legislação pertinente.
- 1.5. Dúvidas e informações poderão ser encaminhadas para o e-mail: selecaosp.guajaramirim@ifro.edu.br.

2. DAS VAGAS

- 2.1. As funções, áreas de atuação, quantitativo de vagas e os requisitos estão estabelecidos conforme **Quadro 01**.

Quadro 01 - Quantitativo de vagas e os requisitos.

Função	Requisitos	Vagas	CAMPUS
Professor Mediador	Graduação na área da saúde, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, e Certificado de curso de Pós-graduação (<i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i>) em qualquer área do conhecimento e experiência mínima de 6 meses em EaD.	3 + CR	Guajará-Mirim
Assessor Pedagógico	Licenciatura, em Pedagogia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, e experiência mínima de 6 meses em EaD com acompanhamento e supervisão de cursos em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.	1 + CR	

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições de candidatos para a função estabelecida neste Edital serão gratuitas, no período constante no cronograma deste edital.
- 3.2. **Os documentos para efetivar a inscrição deverão ser enviados pelo candidato em formato PDF, em arquivo único, informando para qual vaga pretende concorrer, para o e-mail: selecaosp.guajaramirim@ifro.edu.br.**
- 3.3. O candidato deverá enviar os seguintes documentos para realizar a inscrição:
 - a) Documento oficial de identificação (RG): indicando o órgão expedidor e a Unidade da Federação, para brasileiros; e, no caso de estrangeiros, imigrantes, residentes fronteiriços ou apátridas (conceituados conforme o Art. 1º da [Lei nº 13.445/2017](#)), o número ou código do documento de identidade oficial estabelecido no País de origem, o documento oficial de identificação obtido no Brasil ou o número do passaporte – conforme [Resolução nº 31/REIT - CONSUP/IFRO](#), de 17/12/2021 (SEI nº 1460635), e [Portaria MEC nº 1.095](#), de 25/10/2018, publicada no DOU nº 207, de 26/10/2018, Seção 1, págs. 32-34;;
 - b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
 - c) Certificado comprobatórios de titulação e demais documentações conforme **Quadro 01**;
 - d) Certificados comprobatórios de titulação (graduação e pós-graduação), cursos de formação, atualizações e capacitações (conforme **Anexo I**);
 - e) Declaração de disponibilidade de tempo para as atividades inerentes (conforme **Anexo IV**);
 - f) Declaração de que as atividades com a respectiva função pleiteada, não ultrapassará o total de 60h semanais somado(s) ao(s) demais vínculo(s), caso possua (conforme **Anexo V**);
- 3.4. Para comprovação do tempo de atuação/experiência na função pleiteada serão aceitos os seguintes documentos: declarações, atestados ou similares que contenham timbre da instituição, assinatura e carimbo da chefia, ou Cópia da CTPS assinada com data de início e fim do contrato de trabalho ou declaração devidamente assinada constando a continuidade do contrato de trabalho.
- 3.5. Para se inscrever os candidatos devem atender aos seguintes critérios:
 - a) Possuir formação de acordo com a respectiva função pleiteada, conforme **Quadro 01**.
 - b) Não ser aluno matriculado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública - modalidade EaD (a ser comprovado após a convocação, caso seja convocado).
 - c) Ter disponibilidade para cumprir a carga horária semanal remotamente.
 - d) Atender aos requisitos que constam no **Quadro 01**.
 - e) É vedada, ao candidato, a inscrição em mais de uma opção do **Quadro 01**.

f) Em caso de inscrição em mais de uma vaga, do **Quadro 01**, será considerada a última inscrição efetivada pelo candidato.

g) É vedada a inscrição de servidores afastados ou em qualquer tipo de licença com ônus para o IFRO.

3.6. Os servidores em Função Gratificada (FG) no IFRO, só poderão se candidatar as funções deste edital, se houver compatibilidade de horário com a função que exerce no Instituto.

3.7. É vedada a participação de servidor detentor de Cargo de Direção (CD), de acordo com a Resolução nº 25/CONSUP/IFRO, de 10 de julho de 2015.

3.8. No caso de candidatos servidores ativos, a carga horária destinada às atividades deste edital não poderá ser cumprida no mesmo horário da sua carga horária exercida no IFRO, conforme o disposto na resolução CD/FNDE nº 04/2012, ART 14 § 4º “as atribuições e a carga horária dos bolsistas que são servidores não poderão conflitar com suas atividades e sua carga horária regular, nem comprometer a qualidade, o bom andamento e o atendimento do plano de metas da instituição, conforme § 1º do art. 9º da lei 12513/2011”.

3.9. Serão considerados documentos de identificação para efeito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado: Carteira de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, Polícias Militares, Ordens ou Conselhos que, por lei federal, tenha validade como documento de identidade e possibilite a conferência da foto e da assinatura ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97.

3.10. O candidato é o único responsável pelas informações prestadas ao inscrever-se no processo de seleção, tendo o IFRO a prerrogativa de excluir do processo aquele que não atender os requisitos exigidos.

3.11. O candidato que prestar informação falsa ou inexata, em qualquer documento, ainda que verificada posteriormente, será excluído do processo de seleção simplificado, e, caso esteja exercendo as atividades de bolsista, terá seu vínculo cancelado e ainda estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

3.12. Será excluído do processo seletivo simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que, em qualquer tempo:

- a) Cometer falsidade ideológica com prova documental;
- b) Utilizar-se de procedimentos ilícitos, devidamente comprovados por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico;
- c) Dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Processo Seletivo; ou
- d) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao Processo Seletivo.

4. DO CRONOGRAMA

4.1. O processo seletivo seguirá o cronograma abaixo:

Quadro 02 - Cronograma.

Publicação do Edital	28/11/2023
Prazo para interposição de recursos em face do edital	28 a 29/11/2023
Publicação de resposta aos Recursos interpostos ao edital	30/11/2023
Período para inscrições.	01 a 08/12/2023
Publicação da lista preliminar de inscrições homologadas.	12/12/2023
Prazo para interposição de recursos referentes à lista preliminar de inscrições homologadas.	13 e 14/12/2023
Publicação do resultado dos recursos e das inscrições homologadas.	15/12/2023
Publicação do resultado classificatório preliminar.	18/12/2023
Prazo para interposição de recursos referente ao resultado classificatório preliminar.	19/12/2023
Resposta dos recursos impetrados e resultado final do processo seletivo.	20/12/2023

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação será realizada em fase única, através da análise da documentação informada no ato da inscrição.

5.2. A análise da documentação será **somente** sobre as informações apresentadas pelo candidato no ato da inscrição.

5.3. A classificação obedecerá à ordem decrescente do total de pontos obtidos.

5.4. Em caso de empate serão observados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior tempo de experiência profissional na atividade pleiteada, com comprovação (item 02 do Anexo I).
- b) Maior tempo de atuação/experiência (item 05 do Anexo I)
- c) Maior idade, conforme artigo 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

5.5. Após análise da documentação entregue, será divulgado o resultado preliminar e final.

5.6. Não serão aceitos, em hipótese alguma, documentos que não foram declarados no ato da inscrição.

6. DOS RESULTADOS E RECURSOS

6.1. O resultado deste processo seletivo será divulgado OFICIALMENTE no portal do IFRO: <https://portal.ifro.edu.br/guajaramirim/editais/pesquisa>.

6.2. O candidato só poderá entrar com recurso em relação à própria classificação, não havendo a possibilidade de vistas das documentações de outros candidatos.

6.3. Para a interposição de recurso o candidato deverá enviar à Comissão de Seleção do Processo Seletivo através do e-mail: selecaoosp.guajaramirim@ifro.edu.br, com o assunto: RECURSO, observando-se o prazo estabelecido no cronograma deste Edital. O recurso deverá ser apresentado dentro do corpo do e-mail, com argumentação lógica, consistente, clara e coerente.

- 6.4. Serão analisados os recursos entregues dentro do prazo estabelecido no cronograma deste edital.
- 6.5. O resultado da análise do recurso será publicado no site do IFRO.
- 6.6. Se houver alteração na ordem de classificação em função de deferimento de recurso, essa alteração será considerada para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 6.7. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso de recurso.

7. DA CONVOCAÇÃO

- 7.1. A convocação dos bolsistas classificados se dará conforme a demanda do IFRO.
- 7.2. A convocação dos candidatos selecionados obedecerá à lista de Resultado Final, podendo ser feita durante o período de realização dos cursos, a qualquer tempo.
- 7.3. O candidato classificado será convocado para o exercício da função de bolsista de acordo com o número de vagas descrito no **Quadro 01** deste edital, para atuar especificamente na função para a qual foi classificado.
- 7.4. **A convocação será feita e divulgada EXCLUSIVAMENTE no site do IFRO:** <https://portal.ifro.edu.br/guajara-mirim/editais/pesquisa>
- 7.5. A recusa ou ausência de manifestação do convocado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a convocação, implicará na imediata convocação do próximo classificado.

8. DAS ATRIBUIÇÕES

- 8.1. As atribuições das funções constam no **Anexo II** deste Edital.

9. DA CONCESSÃO DA BOLSA

- 9.1. Os profissionais farão jus ao recebimento de 01 (uma) bolsa mensal, enquanto exercer a função, pelo prazo de até 12 meses, podendo ser prorrogado até igual período e/ou no interesse da administração.
- 9.2. **Os candidatos classificados e convocados a assumirem a função de bolsista deverão entregar os documentos abaixo relacionados:**
- Comprovante de endereço;
 - Comprovante de Dados Bancários, (Banco/Agência/Conta Corrente), não podendo ser conta poupança;
 - No caso de servidores ativos, apresentar autorização do setor de Gestão de Pessoas da instituição, conforme dispõe art. 14º, II, da Resolução CD/FNDE Nº 04, de 16 de março de 2012 e art. 9º, §1º da Lei Nº 12.513/2011;
 - E demais documentações que forem solicitadas pela Coordenação da Equipe.
- 9.3. Os valores das bolsas dos profissionais, convocados, estão em consonância com a Resolução/IFRO nº05, de 20 de janeiro de 2017.
- 9.4. A convocação e continuidade de atuação dos candidatos selecionados estará **condicionada** a demanda do IFRO.
- 9.5. O pagamento das bolsas obedecerá aos valores por hora de trabalho, conforme a tabela do **Anexo III** deste Edital.
- 9.6. O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas concedidas a servidores, em qualquer hipótese, não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do artigo 37, XI, da Constituição.
- 9.7. A carga horária máxima semanal será de 20 horas, de acordo com cada projeto e, somadas as demais atividades do bolsista, não poderá ultrapassar o total de 60 horas semanais de atividades, conforme a Resolução/IFRO nº05, de 20 de janeiro de 2017.
- 9.8. No caso de candidatos servidores ativos, a carga horária destinada às atividades de bolsistas não poderá ser cumprida no mesmo horário da sua carga horária praticada no Órgão de origem.
- 9.9. A permanência do bolsista está condicionada à avaliação realizada pela Coordenação do Curso. O desempenho nesta avaliação será critério de continuidade do bolsista no programa.
- 9.10. Os bolsistas com mais de três advertências escritas, por parte da Coordenação do Curso, por motivos de inobservância às atividades, má gestão das funções, ausências sem justificativa legal, dentre outros motivos que atentem contra a execução das suas atividades, conforme preconiza as normativas e resoluções, poderão ter suas bolsas canceladas, com isso será convocado o próximo classificado.

10. DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

- 10.1. Consideram-se pessoas com necessidades especiais aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como na Súmula nº 377/2009 do Superior Tribunal de Justiça e na Súmula nº 45 da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular);
- 10.2. As pessoas com necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu artigo 40, participarão do Processo de Seleção Pública Simplificada em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação curricular, à avaliação de desempenho didático-pedagógico, aos critérios de aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009;
- 10.3. Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, ser-lhes-á reservado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade deste Processo de Seleção Pública Simplificada, para cada encargo;
- 10.4. Somente haverá reserva imediata de vagas para candidatos com necessidades especiais para a função com número de vagas igual ou superior a 05 (cinco);
- 10.5. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá juntar ao seu processo de inscrição uma declaração que informe sua necessidade especial, anexando laudo médico original ou cópia autenticada em cartório expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo com o número do CRM do médico responsável por sua emissão;
- 10.6. A inobservância das exigências nas formas e nos prazos previstos neste Edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição;
- 10.7. O candidato com necessidades especiais, se aprovado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral – caso fique classificado dentre os aprovados a serem enquadrados nessa lista –, terá seu nome constante da lista específica de pessoas com necessidades especiais;
- 10.8. Verificada a incompatibilidade entre a necessidade especial e as atribuições do encargo para ao qual concorreu, o candidato será eliminado do certame;

10.9. Se a necessidade especial do candidato não se enquadrar na previsão da Súmula n.º 377/2009 do Superior Tribunal de Justiça, da Súmula AGU n.º 45/2009 e do artigo 4º e seus incisos do Decreto n.º 3.298/1999 e suas alterações, ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos;

10.10. As vagas destinadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos habilitados nesta condição serão preenchidas pelos candidatos da ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória por encargo.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A presente seleção destina-se à contratação de bolsistas de acordo com a Resolução n.º 5/CONSUP/IFRO/2017, de 20 de janeiro de 2017 e RESOLUÇÃO n.º 24/CONSUP/IFRO/2020, de 09 de abril de 2020, que regulamenta a concessão de bolsas de apoio a programas próprios, de convênio/cooperação técnica, celebrado entre o IFRO e entidades externas, de natureza temporária, conforme disposto no regulamento ou no plano de trabalho.

11.2. As bolsas concedidas na forma deste Regulamento serão temporárias, sendo sua duração limitada ao período de execução dos programas e/ou projetos de ensino, pesquisa ou extensão aos quais o beneficiário estiver vinculado, não gerando, em hipótese alguma, vínculo empregatício, podendo ser cancelada a qualquer tempo.

11.3. O bolsista deverá apresentar, mensalmente, à Coordenação do Curso relatório técnico das atividades desenvolvidas, conforme o regulamento do Programa/Projeto ao qual estiver vinculado, durante a vigência da bolsa ou até 30 (trinta) dias após o término ou cancelamento da bolsa, para fins de prestação de contas.

Parágrafo único: O não cumprimento deste artigo implica em suspensão do pagamento da bolsa até regularização da situação por parte do bolsista; caso o valor integral da bolsa já tenha sido pago, então poderá ensejar em ressarcimento ao erário de valores recebidos se não apresentadas justificativas de força maior, após análise da instituição.

11.4. A referida bolsa poderá ser suspensa a qualquer momento se o desempenho do **bolsista** não for satisfatório, conforme avaliação da Coordenação do Curso, como previsto na Resolução CD/FNDE n.º 04 de 16 de março de 2012, em seu artigo 15º, § 5º; “*As instituições da rede Federal do EBCT deverão elaborar instrumento próprio para a avaliação (Relatórios, Análise de Desempenho e Questionário) dos bolsistas envolvidos na implantação dos cursos, com aplicação de avaliações semestrais, sendo o seu resultado fator determinante para a permanência do bolsista em suas atividades*”;

11.5. Caso seja identificado o desempenho insatisfatório do bolsista, o Coordenador do Curso apresentará Relatório de Análise do Desempenho, com a motivação para a suspensão da bolsa ao bolsista, que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para se manifestar. E, após esse prazo, mantendo-se o posicionamento acerca da insuficiência do bolsista, será efetuado o desligamento do mesmo.

11.6. O prazo de validade do presente edital será de até 12 meses, podendo ser prorrogado e/ou interrompido no interesse e conveniência da administração.

11.7. A classificação no processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à concessão da bolsa, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do interesse e conveniência do IFRO e da disponibilização financeira, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do processo seletivo;

11.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento destas normas e o compromisso de cumpri-las.

11.9. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os resultados e demais publicações e convocações referentes a este edital no site <https://portal.ifro.edu.br/guajara-mirim/editais/pesquisa>

11.10. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após publicação desse Edital, mediante requerimento dirigido à Comissão nomeada, através do e-mail: selecaoposp.guajaramirim@ifro.edu.br, o qual será respondido pela autoridade competente em até 03 (três) dias úteis.

11.11. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão do Processo Seletivo;

11.12. Será mantido cadastro reserva seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o prazo de validade do processo seletivo.

12. DOS ANEXOS

12.1. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

12.1.1. Anexo I – Pontuação da Avaliação de Títulos.

12.1.2. Anexo II – Atribuições das Função de Professor Mediador, Assessoria Pedagógica .

12.1.3. Anexo III – Valores das Bolsas.

12.1.4. Anexo IV – Declaração de Disponibilidade.

12.1.5. Anexo V – Declaração de Acúmulo de Funções.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Oliveira Costa de Carvalho, Diretor(a) Geral**, em 27/11/2023, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2128438** e o código CRC **7629C2AF**.

ANEXOS A MINUTA DO EDITAL N° 42/2023/GJM - CGAB/IFRO, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO I - PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

COMPONENTES AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO (informada pelo candidato)
PROFESSOR MEDIADOR	TÍTULOS	

01: Pós-graduação: Especialização, Mestrado ou Doutorado, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecida por órgão oficial.	Diploma de Especialista ou Atestado de Conclusão de Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> : 10(dez) pontos; Diploma de Mestre: 20(vinte) pontos; Diploma de Doutor: 30 (trinta) pontos. (Pontuações não cumulativas)	
02: Tempo de experiência profissional na área de Instituições Públicas, expedido por órgão devidamente reconhecido.	10 (dez) pontos por ano ¹ (No máximo trinta pontos)	
03: Curso de capacitação na área de Instituições Públicas, obtido nos últimos cinco anos, a contar da data de publicação deste edital. (Carga horária mínima de 20h)	05 (cinco) pontos por curso (No máximo quinze pontos)	
04: Participação em eventos na área de Instituições Públicas, nos últimos cinco anos, a contar da data de publicação deste edital. (Carga horária mínima de 4h)	05 (cinco) pontos por participação (No máximo quinze pontos)	
05: Tempo de atuação/experiência na função pleiteada, em Instituições de Educação Profissional. ²	05 (cinco) pontos por ano ¹ (No máximo dez pontos)	
TOTAL		
ASSESSORIA PEDAGÓGICA	TÍTULOS	PONTUAÇÃO (informada pelo candidato)
01: Pós-graduação: especialização, mestrado ou doutorado, ministrado por Instituição de ensino superior, reconhecida por órgão oficial.	Diploma de especialista: 10(dez) pontos; diploma de mestre: 20(vinte) pontos; diploma de doutor: 30 (trinta) pontos. (Pontuações não cumulativas)	
02: Tempo de experiência profissional na função que deseja atuar.	10 (dez) pontos por ano ¹ (No máximo trinta pontos)	
03: Curso de capacitação na área em que deseja atuar, obtido nos últimos cinco anos (Carga horária mínima de 20h)	05 (cinco) pontos por curso (No máximo quinze pontos)	
04: Participação em eventos na área em que deseja atuar, nos últimos cinco anos, a contar da data de publicação deste edital. (Carga horária mínima de 4h)	05 (cinco) pontos por curso (No máximo quinze pontos)	
05: Tempo de atuação/experiência como pesquisador (a) em projetos de pesquisa ou extensão.	05 (cinco) pontos por ano ¹ (No máximo dez pontos)	
TOTAL		

¹ Fração superior a 6 meses corridos será considerada como um ano.

² Entende-se por instituições Educação Profissional, instituições que tem como objetivo a educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, de acordo com o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR MEDIADOR

As atividades desempenhadas pelo Professor Mediador devem ser cumpridas em um período de 20 (vinte) horas semanais virtualmente no *campus*, assim distribuídos:

- a) Conhecer os conteúdos do curso, suas disciplinas, bem como sua proposta pedagógica;
- b) Conhecer as ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e os materiais referentes ao curso;
- c) Conhecer os processos de educação a distância e metodologias didático-pedagógicas;
- d) Acessar o ambiente do curso durante a semana, contabilizando até 20 horas semanais, acompanhando diariamente a frequência e o desempenho dos alunos, motivando-os, bem como sanando as suas dúvidas no prazo máximo de até 24 horas, por meio dos canais de comunicação disponíveis no AVA e o e-mail institucional;
- e) Auxiliar o aluno quanto ao uso de ferramentas no AVA e o bom uso do Ambiente;
- f) Promover espaços de construção coletiva de conhecimento, incentivando a interatividade e a troca de informações entre alunos, por meio das ferramentas disponíveis no AVA;
- g) Registrar as demandas dos alunos e informá-las à Coordenação de Curso;
- h) Informar à Coordenação de Curso sobre eventuais problemas e dificuldades no desempenho de sua função ou no ambiente do curso;
- i) Manter contato constante com os estudantes por meio do AVA, e-mail institucional e ligações telefônicas;
- j) Ajudar, orientar e supervisionar os estudantes no planejamento de seus trabalhos;
- k) Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das disciplinas;
- l) Acompanhar os estudantes em recuperação e dependência;

- m) Esclarecer os estudantes sobre regulamentos e procedimentos do Curso;
- n) Proporcionar feedback dos trabalhos e avaliações realizadas;
- o) Apresentar os interesses dos estudantes junto aos responsáveis pelo Curso;
- p) Participar da avaliação do Curso;
- q) Participar de cursos de formação que potencializam o seu trabalho;
- r) Organizar relatórios da participação do estudante no ambiente virtual, conforme critérios previamente definidos;
- s) Participar de capacitação específica para o desempenho de sua função;
- t) Participar de reuniões pedagógicas, quando convocado;
- u) Exercer as atividades típicas de tutoria;

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE ASSESSOR PEDAGÓGICO

As atividades desempenhadas pela Assessoria Pedagógica devem ser cumpridas em um período de 20 (vinte) horas semanais virtualmente no campus, assim distribuídos:

- a) Orientar às coordenações de curso na implantação de cursos EaD, por meio da gestão técnica, pedagógica e tecnológica;
- b) Exercer as atividades típicas de desenvolvimento dos cursos;
- c) Orientar os docentes na produção de disciplinas EaD;
- d) Orientar as coordenações dos cursos EaD na gestão de suas atividades;
- e) Realizar formações pedagógicas junto à equipe de mediação;
- f) Realizar formações pedagógicas junto aos professores conteudistas;
- g) Assessorar as coordenações de cursos EaD no acompanhamento das disciplinas no ambiente virtual de aprendizagem;
- h) Assessorar as coordenações de cursos EaD em outras demandas pertinentes.

ANEXO III - VALORES DAS BOLSAS

Função	Valor/hora	Valor/mensal	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal
Professor Mediador	R\$ 16,25	R\$ 1.300	20h	80h
Assessoria Pedagógica	R\$ 16,25	R\$ 1.300	20h	80h

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

Declaro para os devidos fins que eu, _____ CPF: _____, Carteira de Identidade: _____, residente e domiciliado em _____, na _____, n°: _____ Bairro: _____, telefone: _____. Candidato (a) _____ à vaga de _____ do campus Guajará-Mirim, declaro que tenho ciência das obrigações inerentes à qualidade de bolsista e, nesse sentido, AFIRMO que não há nenhum impedimento em assumir tal função. COMPROMETO-ME a respeitar as cláusulas descritas do Edital N° _____, no que diz respeito às atribuições a mim designadas.

A inobservância dos requisitos implicará no cancelamento da bolsa.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do candidato

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE FUNÇÕES (Servidores públicos: municipais, estaduais e federais)

Eu, _____, portador(a) do RG _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____, sujeito(a) a carga horária de _____ horas semanais. Sendo assim, estou ciente que posso, APENAS, acumular uma carga horária de no máximo 60 horas semanais.

A Comprovação de vínculo público ficará anexa a este documento.

Conforme art. Art. 299 do Código Penal Decreto Lei 2848/40 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do candidato